



# CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

## PROJETO DE LEI Nº. 004/2026

**SÚMULA:** Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Mesa Executiva do Poder Legislativo do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a INSTITUIR o auxílio-alimentação mensal aos servidores públicos efetivos e comissionados do Poder Legislativo, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser concedido por meio de cartão magnético via sistema de débito e/ou assemelhado.

**§ 1º.** O auxílio-alimentação terá título de indenização, de natureza precária, transitória e mensal e será pago pelo Poder Legislativo, juntamente aos vencimentos dos servidores.

**§ 2º.** O auxílio-alimentação será discriminado em campo próprio no recibo de pagamento, de modo que indique sua natureza e valor.

**§ 3º.** Não farão jus à indenização prevista nesta Lei, os servidores que tenham assumido cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, eletivos no legislativo municipal, bem como, os agentes políticos ocupantes dos cargos de secretários municipais.

**§ 4º.** O servidor que acumule dois cargos públicos terá direito a somente um auxílio-alimentação.

**Art. 2º** - O valor citado no caput será alterado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo, a partir do exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei.

**Art. 3º.** O auxílio alimentação será concedido mensalmente ao servidor no efetivo exercício de suas funções, exceto quando se encontre afastado, por prazo superior a 10 (dez) dias por qualquer das licenças previstas no artigo 128 da Lei Municipal nº. 05/97, Estatuto dos Servidores.

**§ 1º** - A servidora em “licença gestante”, prevista no inciso XIV do Art. 128 da Lei complementar nº. 05/97, fará jus ao recebimento do auxílio alimentação.

**§ 2º** - Os servidores que, no período de 01 (um) mês, que ultrapassarem o limite de 03 (três) faltas, não justificadas, não farão jus à indenização, ressalvados os casos de decretação de pontos facultativos, suspensão do expediente, viagens por motivo do trabalho e/ou capacitação autorizados pelas chefias imediatas.

**Art. 4º.** O benefício instituído por esta Lei não será, em hipótese alguma:

- I. Incorporado ao vencimento;
- II. Caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial *in natura*;
- III. Configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para o Regime Próprio de Previdência Privada;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE FÓZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

---

IV. Utilizado como parâmetro de cálculo para aferição de margens de empréstimos consignáveis;

V. Objeto de descontos, a não ser aqueles previstos nesta Lei.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, iniciando-se sua aplicação em 1º de abril de 2026.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
1º Secretário

**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
2º Secretário



# **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

## **JUSTIFICATIVA**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores e nobres edis:**

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho à Vossas Excelências, através da presente Mensagem, para a devida apreciação deste egrégio Legislativo, o incluso Projeto de Lei nº. 004/2026 – Súmula: Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Por intermédio do presente, dirigimo-nos à Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei que institui, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Foz do Jordão, o Auxílio Alimentação, como forma de valorização dos servidores públicos municipais e de promoção de melhores condições de vida, dignidade funcional e fortalecimento da eficiência administrativa.

O Auxílio Alimentação terá o valor mensal base de R\$ 200,00 (duzentos reais), com intuito de contribuir para a subsistência dos servidores, auxiliando nas despesas com alimentação.

O auxílio alimentação será implantado via cartão e será utilizado exclusivamente no comércio local, o que proporcionará ainda fortalecimento da economia local.

O benefício citado possui natureza indenizatória, não compondo a remuneração dos servidores, nem gerando encargos sociais ou reflexos em férias, 13º salário, aposentadoria ou pensão.

Por essa razão, não integram o cômputo do índice de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa de Leis, certos de que representa uma medida justa, eficiente e juridicamente adequada, em benefício do funcionalismo público e da boa administração. Ainda renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
1º Secretário

**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
2º Secretário